

Os manuais de medicina doméstica e a circulação do conhecimento no século XIX: o caso da “Guia médica das mãis de família”

Domestic medicine manuals and the circulation of knowledge in the 19th century: the case of “Guia médica das mãis de família”

Cássia Regina da S. Rodrigues de Souza | Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

cassiarsrodrigues@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-7618-442X>

RESUMO No século XIX, os manuais de medicina doméstica representaram a tradução do conhecimento médico acadêmico em uma linguagem amena e de fácil acesso, voltada para a difusão da medicina entre leigos não iniciados na matéria médica. Tal literatura se insere no gênero divulgação ou vulgarização científica, cada vez mais frequente no meio editorial a partir desse século. Este estudo busca compreender as formas de circulação do conhecimento médico no Brasil do século XIX através das ações de divulgação da obra *Guia médica das mãis de família*, publicada em 1843 pelo médico francês Jean Baptiste Alban Imbert, avaliando seu possível êxito como um veículo de popularização da ciência no século XIX.

Palavras-chave: manuais de medicina doméstica – circulação do conhecimento – *Guia médica das mãis de família*.

ABSTRACT *In the 19th century, domestic medicine manuals represented the translation of academic medical knowledge into a pleasant and easily accessible language, intended for the dissemination of medicine among lay people not initiated in the medical field. Such literature is part of the genre of scientific dissemination or popularization, increasingly frequent in the publishing world from this century onwards. This study seeks to understand the forms of circulation of medical knowledge in 19th century Brazil through the actions of dissemination of the work *Guia médica das mãis de família*, published in 1843 by the French physician Jean Baptiste Alban Imbert, evaluating its possible success in the popularization of science in the 19th century.*

Keywords: *domestic medicine manuals – circulation of knowledge – *Guia médica das mãis de família*.*

Introdução

Por meio dos anúncios destinados a “pessoas alheias à arte de curar”, “pessoas estranhas à arte de curar”, ou simplesmente sob a designação “Guia médica popular das mães de família,” os manuais de medicina doméstica eram noticiados nos jornais no século XIX. Essas denominações indicavam a finalidade dos autores, livreiros ou editores de ampliar o público leitor com a promessa de que as obras recém-lançadas poderiam ser compreendidas por um leitor menos especializado.

Assim, a *Guia médica das mães de família*, de autoria do médico francês Jean Baptiste Alban Imbert, vinha a público no ano de 1843. Publicada pela Typographia Franceza em formato *in-oitavo*, dobradura que compunha uma espécie de caderno com dezesseis páginas, a obra era vendida ao preço de 5\$000rs em um volume brochado e 6\$000rs o volume encadernado. Dentre os locais de venda destacavam-se: a residência do autor, a casa de E. e H. Laemmert, a loja de livros de Agostinho de Freitas Guimarães e Comp., a própria Typografia Franceza e a casa de Gueffier & Comp. (Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, “Obras publicadas”, n. 184, 25 ago. 1842; *Diário de Pernambuco*, “Avisos diversos”, 10 mar. 1843; *Jornal do Commercio*, 31 jul. 1842; *Diário do Rio de Janeiro*, 13 jan. 1832).

O doutor Imbert chegou ao país em 1831 tendo como objetivo estudar “a maneira com que se pratica a Medicina popular no Brasil” (Imbert, 1839, p. XVI) e se tornou o primeiro médico estrangeiro a revalidar seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1834. Transformar a *Guia médica das mães de família* em um manual instrutivo para as futuras mães, oferecendo orientações que deveriam ser observadas durante a gravidez, puerpério e primeira infância constituía um dos intuitos do autor. A obra representava a preocupação do dr. Imbert e de seus pares com a mortalidade infantil que assolava a sociedade brasileira de meados dos Oitocentos e a tentativa de combater esse mal através do desenvolvimento de uma maternidade segundo os parâmetros científicos.

O contexto que envolve a circulação dos manuais de medicina doméstica está relacionado, dentre outros fatores, ao processo de institucionalização da medicina que se desenvolveu principalmente a partir da década de 1830. Importantes marcos, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a transformação das academias em Faculdades de Medicina e surgimento de periódicos especializados contribuíram nesse processo. A partir desse período, evidencia-se uma crescente organização da corporação que, em face das inúmeras terapias populares existentes, tentava cada vez mais desqualificar os terapeutas enquadrando-os como charlatães, ao passo que, procurava ressaltar a superioridade e legitimidade do conhecimento acadêmico (Pimenta, 2004, 2019).

O pequeno número de médicos diplomados, a grande dificuldade de acesso aos seus serviços, aliados à concorrência e ameaça representada pelos curandeiros e agentes de cura resultavam na ideia de que a medicina douta constituía apenas mais uma forma de promoção à saúde. Dentre as estratégias de afirmação dessa classe, a nova elite médica procurou:

estabelecer sua autoridade e controle sobre os assuntos relativos ao exercício profissional da medicina, ensino médico, produção e validação do conhecimento médico e a organização da saúde pública, pelo menos no espaço geográfico da cidade do Rio de Janeiro. Ela se empenhou, sobretudo, em produzir um conhecimento médico original, adaptado às condições climáticas, antropológicas e sociais brasileiras (Ferreira, 1994, p. 62-63).

Esse conhecimento médico original adaptado às realidades nacionais compunha o teor dos manuais de medicina doméstica. Numa linguagem menos técnica e mais acessível à compreensão dos menos eruditos, essas obras propunham-se a servir de guia para assuntos médicos onde não houvesse a presença de um agente de cura com formação acadêmica. Era a medicina de diploma demarcando seus espaços e reclamando o controle do corpo.

Inspirada em Jean Jacques Rousseau e nos princípios de sua obra *Emílio*, de 1762, e em outros importantes autores de compêndios de medicina europeus do século XVIII, tais como William Buchan e Samuel Auguste Tissot, a *Guia médica das mães de família* era apresentada às famílias da Corte e mais tarde a outros cantos do país buscando orientar as mães no cuidado de sua saúde e de seus filhos de acordo com a ciência higiênica que despontava como imperativa nas questões de saúde.

Divulgar, vulgarizar ou popularizar o conhecimento científico no século XIX: facetas de um mesmo movimento?

Buscando empreender um diálogo direto com um leitor não iniciado na matéria médica, os compêndios de medicina doméstica se inserem no gênero divulgação ou vulgarização científica, cada vez mais frequente no meio editorial a partir do século XIX. No Brasil desse século, o conceito de vulgarização científica, de origem francesa, surgiu fundamentalmente ligado à ideia de comunicar a ciência para os leigos. Essas ações de vulgarização eram idealizadas pelos homens das letras, escritores, professores, advogados e médicos (Fonseca, 2018).

Esses compêndios eram discriminados, muitas vezes, pelo termo “popular”. Aline Medeiros (2018) afirma que esse termo aponta para duas direções: a primeira diz respeito ao público a quem se endereçava, definido genericamente como “pessoas alheias à arte de curar”, e a segunda denota uma exclusão desse público alheio à ciência médica, que, por sua vez, só teria acesso pleno à obra por meio de uma estratégia de tradução e adaptação da linguagem. O termo “popular”, definido por Michel de Certeau (1995), é resultado de uma negação. Esse gesto de exclusão se refere mais àqueles que empreendem, do que àqueles que são negados ou excluídos sob essa alcunha. Em outras palavras, os autores dessas obras se reservavam ao direito de evocar a autoridade digna dos homens da ciência, se distinguindo dos demais cidadãos não iniciados nos assuntos científicos.

O autor de a *Guia médica* também buscava a inclusão desse público, atribuindo a si próprio esse termo. Procurando ser o “historiador popular” (Imbert, 1843, p. 12), J. B. A. Imbert intencionava valer-se dos benefícios proporcionados pela ciência ao longo dos tempos e colocá-los à disposição de seu público: “aproveitar-me da ciência senão n’aquillo que fosse suscetível de facilitar a inteligência da narração” (p. 12). Por certo, como dito anteriormente, traduzir os conhecimentos médicos em uma narrativa de fácil entendimento constituía o objetivo da maioria dos autores desses compêndios. Marques (2004, p. 39) assevera que: “[os autores] eram unânimes em afirmar que suas recomendações eram fáceis, sumamente praticáveis e visavam impedir os charlatães de explorar e enganar o povo”. Ou ainda como dito por William Buchan:

No hay outro médio para remediar este daño que procurar la pública instruccion. El modo mas eficaz de destruir la charlatanería em qualquer arte o ciência, es el comunicar sus luces

al pueblo. Escriban los médicos sus recetas em lengua vulgar, manifiesten sus intenciones al enfermo de modo que puedan proporcionarse á su entendimiento, y enséñenles á conocer quando la medicina ha hecho el deseado efecto (Buchan, 1785, p. XXXII, XXXIII).

A destinação das obras às “pessoas alheias à arte de curar” ou “estranhas” representava, a ampliação do público consumidor desses manuais, numa tentativa de divulgação ou popularização dos preceitos da ciência médica, enquanto se alertava contra os embustes dos charlatões, demarcando assim, de forma conjunta, o espaço da medicina oficial. Em termos editoriais, constituía o interesse dos autores, editores e demais interessados na vendagem das obras. Entretanto, o analfabetismo constituía um dos grandes obstáculos para tal ampliação, reconhecia Samuel Auguste Tissot, autor de *Aviso ao povo acerca da sua saúde*. Na tentativa de amenizar esse problema, o médico esperava que seus conselhos pudessem ser transmitidos por meio de todos aqueles que tivessem acesso à sua obra, tais como, os padres, os proprietários de terra, cirurgiões etc., isto é, seus conselhos deveriam ser propagados mesmo que por meio da leitura coletiva ou das conversas informais (Marques, 2004).

Sobre os aspectos do termo popularização, Roger Chartier discute seus possíveis significados ao analisar os leitores “populares”¹ da Europa Renascentista entre os séculos XV e XVII. Chartier examinou os testamentos de artesãos e mercadores, considerando a presença de livros nesses registros. De fato, era uma minoria que os possuía, porém, uma parcela não desprezível da população. No entanto, o autor atribui um novo sentido para essa análise, utilizando o exemplo de Menocchio, o moleiro perseguido pela Inquisição de *O queijo e os vermes*, de autoria de Carlo Ginzburg (2006). Para ele, o que caracterizava o moleiro como um leitor “popular” não era o *corpus* de suas leituras, mas sim, sua maneira de ler, compreender e utilizar os textos a que tinha acesso. De acordo com esse pressuposto, os livreiros-editores europeus do período analisado investiram em um mercado popular do impresso na tentativa de conquistar os leitores mais humildes através de uma fórmula editorial que baixasse os custos de produção e, conseqüentemente, o preço de venda e a eleição de textos ou gêneros suscetíveis de captar um maior número possível de leitores, entre eles, os menos abastados. O fruto dessas estratégias editoriais foi difundir entre os leitores “populares” textos que eles anteriormente conheciam que eram restritos aos setores mais cultos. Dessa forma, a popularização estaria associada a uma circulação dos textos estendida à totalidade da sociedade. Em outras palavras, com a transformação gráfica nos textos, as obras puderam ganhar novos públicos, mais amplos e menos doutos, recebendo novos significados distintos dos planejados por seus autores ou construídos por seus primeiros leitores (Chartier, 1997).

Para elucidar melhor essa ideia, podemos ainda recorrer ao que o autor analisa sobre a trajetória da Biblioteca Azul. A origem dessa fórmula editorial data de 1602, quando Nicolas Oudot, um impressor de Troyes, cidade do interior da França, iniciou a produção de livretos de baixo custo reutilizando pranchas abandonadas de origens diversas, caracteres já gastos e papéis medianos. Tais livretos, logo foram denominados de azuis em razão da cor do papel utilizado, bem como de sua capa. Dentre os principais gêneros literários produzidos por Oudot, estão três grandes tipos de textos: os romances medievais, textos tradicionais da literatura hagiográfica e alguns títulos da literatura erudita, sendo os romances de cavalaria responsáveis por cerca da metade dessa produção.

1 Como leitores populares, Chartier identifica os camponeses, os operários e os mestres de ofícios, os mercadores e os que frequentemente são designados como “burgueses” (Chartier, 2004, p. 92).

Os textos escolhidos para pertencerem ao catálogo de livros azuis deveriam ser passíveis de aquisição e compartilhamento por um vasto público, fossem eles livros da ordem da devoção, de utilidade ou do imaginário. O mais importante a ser observado são as semelhanças formais entre os textos. Esses, normalmente eram selecionados por formarem uma série de acordo com seu gênero, utilidade prática ou temáticas encontradas em formatos diferentes. Assim, a vida dos santos, romances de cavalaria, coletâneas de receitas, livros de aprendizagem, discursos sobre as mulheres, entre outros, constituíam frequentemente os temas mais publicados.

As intervenções nos textos que iriam compor a Biblioteca Azul eram realizadas em função dos leitores que os editores desejavam alcançar. Dentre elas, encontramos a remodelação na apresentação dos textos, como a multiplicação de capítulos e o aumento no número de parágrafos, a fim de tornar a leitura menos densa. A redução e simplificação do texto, com a abreviação das narrativas constituía também outra modificação bastante habitual (Chartier, 2004, p. 270-271, 275). Em suma, de acordo com o autor, a Biblioteca Azul tornou-se uma fórmula editorial tida como popular não em função dos textos que a compunham, mas em razão, da forma como esses eram editados. Tais textos deveriam obedecer a uma dupla exigência: baixo preço e fácil leitura.

As dificuldades em determinar os significados e os usos dos termos “divulgação” e seus correlatos nas ciências, como já vínhamos discutindo, é uma preocupação que também se estende a outros autores. Bernard Lightman classifica a definição desses termos como problemática, com destaque para a noção de popularização, que segundo ele, apresenta conotações tão negativas que o seu uso para discutir temas relativos ao século XIX introduz uma distorção que parece justificar sua dispensa.

O autor admite utilizar o termo “popular” como alusão a algo altamente bem-sucedido ou destinado a um público em massa. Todavia, o termo não era utilizado em referência à ciência até pelo menos o início do século XIX, quando há indícios de sua menção por volta da década de 1830. Lightman cita Raymond Williams, que afirmou que “popularizar” constituía um termo político até aquele século, isto é, sinônimo de pertencer ao povo e, mais tarde, assumiu o significado de apresentar o conhecimento de maneiras geralmente acessíveis. O autor também aponta o significado atribuído pela Royal Institution da Grã-Bretanha, que é atrair grandes audiências e prosperidade financeira. Por fim, Lightman ressalta o devido cuidado no uso da expressão “popularizador da ciência” que, de um modo geral, podia significar coisas diferentes para atores diferentes, dependendo se isso era visto como algo positivo ou negativo (Lightman, 2007).

Moema Vergara, em *Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX* (2008), elucida melhor esse conceito. No estudo, a autora analisa o histórico que envolve suas práticas e os processos sociais que o construíram. Segundo ela, nesse período a expressão designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos. Contudo, no século XX, o termo caiu em desuso, dando lugar à “divulgação científica”, que se refere às várias instâncias da comunicação da ciência.

A autora indica que o sentido negativo do termo já podia ser observado no início do século XIX, como demonstrado pelo *Dicionário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva (1813 apud Vergara, 2008) onde verifica-se: “Vulgarização” é o ato ou ação de vulgarizar, que por sua vez significa “reduzir ao estado do plebeu, e homem vulgar. Fazer comum, com abatimento da nobreza, gradação de apreço, respeito. Traduzir em vulgar, romancear. Publicar

a todos, prostituir-se". Segundo ela, de acordo com o dicionário, há uma perda da "aura" e um deslocamento de valores, de nobres para plebeu, culminando com a corrupção, que seria o ato de prostituir-se. Já na edição de 1891 do mesmo dicionário, foi adicionado: "tornar alguma coisa geralmente conhecida, sabida, tornar-se geral, vulgar, espalhar-se muito; divulgar-se". Vergara resume que a vulgarização científica do século XIX trazia consigo algumas preocupações, tais como: "o limite na transmissão dos conteúdos; a preocupação de estar ao alcance de todos e assim conferir um efeito universal ao conhecimento; além de carregar a centelha do novo" (p. 139).

Ao comparar os anúncios de divulgação da *Guia médica* nos jornais com os objetivos do dr. Imbert que foram citados anteriormente: "tive a ideia, [...] de colher na sciencia algumas noções, e pô-las ao alcance da intelligencia das mães", "busquei de preferênciã os preceitos mais simples, mais fáceis, e menos arriscados na applicação", "indiquei os meios de tratamento mais simples", "facilitar a intelligência da narração" (Imbert, 1843, p. 10, 11-12), percebemos o propósito do autor em destinar o manual a uma parcela da população que, naquele momento, era alvo de preocupação da classe médica em razão do problema da mortalidade infantil. As mães, destinatárias desses manuais, embora representassem um número reduzido de leitores, tinham acesso à obra mesmo que de forma parcial ou por vezes, rudimentar. Certamente, não devemos considerar apenas a aquisição do conhecimento via leitura individual, mas também, a sua transmissão por meio da coletividade, das conversas entre essas mães, comadres, por meio das parteiras que liam e ressignificavam o conhecimento, entre outros. Na "facilitação da intelligência da narração" o conhecimento é estendido às pessoas "alheias à arte de curar", esse é o ponto onde se funde o objetivo do autor e demais interessados na vendagem da obra, onde o papel dos livreiros, tipógrafos e editores foi fundamental para a ampliação e divulgação de impressos, fossem eles pertencentes a qualquer gênero (Ferreira, 2011).

É nessa perspectiva que podemos destacar algo em comum nos aspectos da divulgação ou popularização dos manuais de medicina doméstica: a ampliação do público leitor, por meio do "fazer comum" ou ainda "tornar alguma coisa geralmente conhecida, sabida, tornar-se geral, vulgar, espalhar-se muito; divulgar-se" (Silva, 1789). Obviamente, os autores desses manuais estavam cômicos dos limites dessa divulgação, que, dificilmente iria ocorrer se não por meio de uma "facilitação da narração", como exposto por Imbert e ainda por Buchan "*escriban los médicos sus recetas em lengua vulgar, manifiesten sus intenciones al enfermo de modo que puedan proporcionarse á su entendimiento*" (Buchan, 1785, p. XXXII-XXXIII). Como destacado, isso perpassa seguramente, pelos interesses comerciais de editores ou livreiros como foi indicado por Chartier: por meio da transformação gráfica nos textos, as obras puderam ganhar novos públicos, mais amplos e menos instruídos e, por conseguinte, receberam novos significados, distintos dos planejados por seus autores ou construídos por seus primeiros leitores. Assim, a circulação das ideias de Imbert poderia ultrapassar o público estritamente leitor, embora o uso de sua produção impressa fosse monopolizado por esse.

Todavia, é importante destacar que essa popularização traz consigo uma advertência, como observado por Certeau (1995). O tornar "popular" apresenta uma negação, isto é, uma exclusão. Na ação de estender os conhecimentos médicos a um público não iniciado nesses assuntos, a classe médica se impunha como o único conhecimento legítimo, alertando para os perigos das crenças não autorizadas pela medicina oficial. Nessa ação, os manuais de medicina doméstica viriam a cumprir um de seus propósitos: a repreensão aos charlatões.

A Guia médica das mães de família: um caso bem-sucedido de divulgação da ciência no século XIX?

É pouco provável conseguirmos aferir com precisão a audiência da *Guia médica* ao longo do século XIX ou mesmo identificar com exatidão quem eram seus leitores. Em se tratando dos jornais, fonte mais profícua para se analisar a receptividade das obras de Imbert entre os leitores e o mercado editorial, as cartas enviadas à redação habitualmente referiam-se a assuntos relacionados à atividade profissional do médico e não diretamente com a *Guia médica*, sendo tais cartas atinentes à jornais de natureza especializada.

Não obstante esses dados, é possível atestar a sua influência perante a comunidade médica e a autoridade científica atribuída às suas obras mesmo diante dos imbróglgios² nos quais se envolveu ao longo de sua carreira no país. A seguir, são listadas algumas dessas referências:

onde cada médico mostra o que he, si não tivesse frequentes ocasiões de conhecer e avaliar os conhecimentos médicos do Sr. Imbert; tem adiante dos olhos o seu Tratado da Velhice, ou Arte de Prolongar a Vida; os seus Conselhos as Mães Brasileiras sobre o aleitamento; e o seu Manual do Fazendeiro. Todos esses escriptos concebidos e publicados pelo Sr. Dr Imbert, no Rio de Janeiro, depois de sua chegada; são irrefragáveis documentos da muita instrução, capacidade, e modéstia do Sr. Dr. Imbert (*Revista Médica Fluminense*, n. 7, out. 1835).

Não lastimamos a conducta do Sr. Frederico por ele ser estrangeiro, e menos porque o invejamos; parece-nos que a nossa posição nos porá a salvo dessa suspeita; de mais hum Sigaud, hum Imbert, hum Cuissant, hum Coats, e outros dignos Médicos estrangeiros, estão muito mais nas circunstancias de terem êmulos, do que o Sr. Frederico (*Revista Médica Fluminense*, n. 9, dez. 1835).

Se a homeopathia conta algumas pessoas que exercção sem título, [sic]; temos muitas boticas onde se vendem, para ser aplicado por qual quer curandeiro, pílulas, elixires e panacéas, para todas as moléstias indistintamente e para poder qualquer envenenar-se a si e a su família: quem se lembrou jamais de reclamar contra tais abusos, e de gritar para acudir a polícia? Não temos ahi a medicina de Buchan, O Aviso ao Povo de Tissot? O Diccionario de Chernoviz? O Manual do Fazendeiro, de Imbert? (*Jornal do Commercio*, ano XXI, n. 20, 20 jan. 1846).

2 A trajetória profissional de J. B. A. Imbert foi marcada por algumas ocorrências conturbadas que, por muitas vezes, envolveram seus pares. Uma delas resultou num longo debate que transcorreu por várias edições do *Diário do Rio de Janeiro*, envolvendo um importante médico da Corte, o Dr. Ildefonso Gomes. O ocorrido foi relatado por um leitor que se identificou como “uma victima”. Segundo ele, o Dr. Imbert afirmava haver mais de um feto em um parto assistido pelo dr. Ildefonso e alguns dos seus assistentes, no qual a vítima veio a falecer juntamente com a criança, nesse caso, apenas uma, como confirmado pela autópsia, gerando comoção no marido viúvo e demais familiares. A “victima” acusa o dr. Imbert de tentar adquirir fama por meio de reputação alheia. De acordo com o relato, Imbert foi desmascarado, para alívio de dr. Ildefonso. Outra ocorrência mencionada pela “victima” envolvendo o dr. Imbert foi o ocorrido com um francês chamado David que havia levado uma facada. O mesmo implorara ao doutor para que lhe examinasse a fim de dizer se o ferimento era grave ou não. O parecer do médico foi claro: não havia perigo, pois, a ferida não era penetrante. Todavia, o paciente veio a óbito e a autópsia revelou um profundo corte que chegava ao estômago (*Diario do Rio de Janeiro*, ano XVII, n. 191, 31 ago. 1838).

As plantas medicinais da nossa flora pela maior parte (vimos que) ainda não passarão da medicina popular. Achão-se muitas delas indicadas em obras de medicina escriptas por estrangeiros no Brasil (Sigaud, Imbert, Chernoviz). Coube-lhes lugar no formulário farmacêutico destes (*Pedro II*, ano XXIII, n. 91, 24 abr. 1863).

Esses dados constituem importantes elementos que nos permitem aferir, em certa medida, a acumulação de capital científico pelo dr. Imbert. Mas, devemos adicionar a esses a sua inserção na Academia Imperial de Medicina, juntamente com as relações profissionais e até pessoais mantidas pelo profissional ao longo de sua carreira, tais como, o dr. Sigaud e o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, a quem Imbert mencionou de forma honrosa na *Guia médica*. Todas essas informações nos permitem deduzir o grau de autoridade científica conferido às suas obras e refletir sobre a construção do “nome” ou o reconhecimento desse, não somente perante a comunidade médica, mas, também diante de seus possíveis leitores ou ouvintes.³

No que diz respeito a esse reconhecimento, a *Guia médica* foi aludida por importantes autores contemporâneos a ela, bem como em relevantes obras de nossa historiografia. Theodoro Langgaard em seu *Dicionário de medicina doméstica e popular*, de 1865, ressalta o caráter vulgar da obra: “*Guia médica popular das mãis de família*, [...] expostos com clareza para o entendimento das pessoas alheias à arte de curar”, e ainda a notoriedade de Imbert: “O ilustrado e bem conhecido autor desta obra elementar”. Langgaard ainda reproduz a descrição da obra presente na maioria dos jornais e menciona seu valor em volume brochado (2\$500) e encadernado (3\$000).

Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala* (1981), cita a *Guia médica* de forma detalhada para tratar de questões relativas ao aleitamento materno e à mortalidade infantil, relacionando-as com o tema da escravidão. Além da obra, Freyre também faz alusão ao *Manual do fazendeiro* e à *Uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatães*.

Além desses, outra referência ao dr. Imbert é feita por Lycurgo Santos Filho em *História geral da medicina brasileira* (1977). No livro, Santos Filho não cita a *Guia médica* propriamente, mas sim, o *Manual do fazendeiro*, juntamente com uma pequena bibliografia do médico.

Retomando os caminhos percorridos pela *Guia médica* verificamos, como mencionado, sua ampla divulgação na Corte, em importantes jornais como o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro*, que apostavam numa linha mais mercantil e noticiosa, além de outros periódicos de efêmera duração. Circulou pela Bahia e Pernambuco, que apresentaram uma relevante imprensa juntamente com o Rio de Janeiro, ainda no governo joanino, além do Pará e Maranhão, que foram polos geopolíticos e comerciais. Também há registros de venda da obra em Fortaleza e no Mato Grosso, publicada muitas vezes por meio de transcrições de jornais de maior circulação.

3 De acordo com Bourdieu (1983, p. 132) a aquisição de autoridade ou a acumulação de capital científico significa: “fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador”.

Considerações finais

Pode-se afirmar que a *Guia médica* esteve presente em grande parte do então território nacional, em sua maioria, vendida em casa de livreiros ou, mais frequentemente, em estabelecimentos comerciais que negociavam vários tipos de gêneros. Havia ainda a possibilidade de aquisição por meio de encomendas, levadas por vezes por caixeiros viajantes, pois era prática corrente, tanto em Portugal quanto no Brasil, a venda de livros em locais não especializados neste comércio. Além desses meios, Márcia Abreu aponta que a distribuição e venda de livros ainda ocorria pelas mãos dos próprios autores, conhecidos ou amigos dos editores (Abreu, 2001).

Ao divulgar seus títulos na imprensa, os livreiros em busca de novos clientes enfatizavam o envio “Para qualquer ponto do Império”, atingindo lugares distantes e menos populosos. Alessandra El-Far (2006) aponta que algumas das obras caracterizadas por “gosto do povo”, que incluíam os manuais, almanaques, livros de receita, folhetos, histórias infantis, entre outros, puderam permanecer nas prateleiras das livrarias por anos ou décadas seguidas, sendo reeditadas e recebendo novos formatos, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro.

Novas edições e repetidas tiragens são os fatores mais evidentes que permitem dimensionar a popularização dos manuais no século XIX, como mencionara Chernoviz em carta, relatando que, em apenas três dias, tinha vendido trezentos exemplares, enviando-os para várias localidades do país. O autor esperava que as vendas fossem bem-sucedidas, o que o obrigaria a imprimir uma segunda edição, o que de fato ocorreu. O *Formulário ou Guia médico* teve 19 edições em português e pelo menos três em espanhol (Formulário..., s.d.).

Efetivamente, não podemos atribuir o mesmo significado à *Guia médica* avaliando sua popularização por intermédio do número de tiragens, pois a mesma apresentou apenas uma única edição. Contudo, é possível inferir, por meio dos dados apresentados, que o manual se tornou conhecido dos leitores brasileiros, entre outros meios, através dos diversos anúncios frequentemente publicados, até aproximadamente o final do século XIX. Os jornais, que naquele momento traziam transcrições de longos trechos de livros ou comentários das obras, tornaram-se veículos de disseminação desses conteúdos; ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros poderia lê-los em partes, ou ter o conhecimento do seu conteúdo, por meio das críticas feitas em colunas como “Anúncios”, “No Prelo” ou “Saiu á luz” (Martins e Luca, 2008). Patrícia Pina (2010, p. 8) explica a importância desse impresso para o Brasil do dezanove:

Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras.

Com a aproximação do final do século fatores como o aumento no índice de letramento, um maior número de obras em circulação, baixos preços e as estratégias de divulgação conseguiram levar o texto impresso para a vida cotidiana de uma parcela cada vez maior dessa população. Tratando-se da *Guia médica*, dos frequentes anúncios nos jornais até o final dos XIX até as citações em importantes obras do século XX, é possível considerar que a obra tornou-se um

caso bem-sucedido de divulgação dos manuais de medicina doméstica e, conseqüentemente, de vulgarização da ciência no século XIX, pois, como afirma Tânia Bessone (2014), os anúncios ou notícias de jornais funcionaram como uma espécie de termômetro no que se refere às transformações ligadas ao comportamento do público leitor. Assim sendo, tais anúncios refletiam os interesses desse público, ao passo que permitiam a divulgação e o acesso mesmo que parcial à *Guia médica* e a outras obras de Imbert. Ademais, devemos também considerar a transmissão do conhecimento via oral como um dos fatores propulsores na divulgação dos manuais. De acordo com Rosenberg (1983), a audiência bem-sucedida dos manuais de medicina doméstica na Inglaterra do século XVIII talvez tenha se dado através da ministração do conhecimento adquirido nas obras por meio de uma elite rural aos seus vizinhos, familiares e dependentes impossibilitados de consultar os serviços de um médico. Segundo ele, esse fator provavelmente foi o responsável por transformar *Medicina doméstica*, de Buchan, e *Aviso ao povo sobre sua saúde*, de Tissot (1786), em livros de uso popular.

Em nosso caso, acredita-se que as interseções das expressões orais e escritas, das culturas letradas e iletradas tenha exercido um papel preponderante na divulgação da *Guia médica* ao considerarmos que a obra ultrapassou os limites das casas da elite alfabetizada, consumidora de jornais e outras obras impressas e frequentadora de bibliotecas e livrarias. Alcançou as alcovas de mães recém-paridas, as comadres entre trocas de receitas e conselhos ditados pelo doutor, as parteiras que mesclavam as prescrições médicas com os conhecimentos populares e as conversas entre mãe e filha na cozinha da casa grande, observadas, muitas vezes, por uma ama negra. Cumpria-se, assim, o desejo dos autores desses compêndios de medicina, que esperavam que seus conselhos pudessem ser transmitidos através de todos aqueles que tivessem acesso à sua obra, isto é, propagando seus discursos, mesmo que por vias orais (Marques, 2004).

Referências bibliográficas

- ABREU, M. Quem lia no Brasil Colonial? In: Congresso Brasileiro da Comunicação, 24., 2001, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2001. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/154302537404644249063477907025189701223.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BESSONE, T. M. *Palácios de destinos cruzados*: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920). São Paulo: Edusp, 2014.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BUCHAN, W. *Medicina doméstica*. t. I. Madrid: Imprensa Real, 1785. Disponível em: <https://archive.org/details/b28769491/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- CHARTIER, R. Lecturas e lectores "populares", desde el Renacimiento hasta la Época Clássica. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (orgs.). *História de la lectura en el Mundo Occidental*. México, DF: Taurus Minor, 1997. p. 469-493.
- CHARTIER, R. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

- EL FAR, A. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FERREIRA, L. O. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 57-77, 1994.
- FERREIRA, T. M. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos Cinco*, ano 5, n. 5, p.41-52, 2011.
- FONSECA, M. R. A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação. Imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do século XIX. *Varia Historia*, v. 34, n. 66, p. 637-668, 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1981.
- FORMULÁRIO ou Guia médico. *Portal Brasileira*: a divulgação científica no Brasil, s.d. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=323&sid=5>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IMBERT, J. B. *Manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Disponível em: https://archive.org/stream/DELTA539211FA/BSG_DELTA53921_1FA_0001page/n0/mode/2up. Acesso em: 13 nov.2021.
- IMBERT, J. B. *A guia médica das mães de família ou A infância considerada na sua hygiene, suas moléstias e tratamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1843.
- LANGGAARD, T. J. *Diccionario de medicina doméstica e popular*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.
- LIGHTMAN, B. *Victorian Popularizers of Science: Designing Nature for New Audiences*. Chicago: The University Chicago Press, 2007.
- MARQUES, V. R. Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo nos Setecentos. *Varia Historia*, v.20, n. 32, p.37-47, 2004.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEDEIROS, A. da S. Autoria científica do doutor Chernoviz entre a vulgarização da medicina e a formação profissional: o caso do "Dicionário de medicina popular", 1842-1890. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 25, n. 1, p. 33-49, 2018.
- PIMENTA, T. S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, supl. 1, p. 67-92, 2004.
- PIMENTA, T. S. Médicos e cirurgiões nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. *Revista Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 88-119, ago. 2019.
- PINA, P. K. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. *Labirintos: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses*, n. 8, 2010. Disponível em: http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/03_dossie_patricia_katia_da_costa_pina.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ROSENBERG, C. E. Medical Text and Social Context: Explaining William Buchan's "Domestic Medicine". *Bulletin of the History of Medicine*, Maryland, v. 57, n.1, p.22-42, 1983.
- SANTOS FILHO, L. de C. *História geral da medicina brasileira*. v. 1. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1977.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre d.Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. t. 2. Lisboa: Na Officina de Simão

Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008423&bbm/5413page/2/mode/2up>. Acesso em: 2 jan. 2022.

TISSOT, S. A. *Aviso ao povo acerca da sua saúde*. t. I. Lisboa: Oficina de Filippe da Silva e Azevedo, 1786. Disponível em: <https://books.google.es/books?id>. Acesso em: 15 ago. 2021.

VERGARA, M. de R. Ensaio sobre o termo "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 1, n. 2, p.137-145, 2008.

Recebido em janeiro de 2022

Aceito em abril de 2022